

BOLETIM 222

Brasília, 5 de outubro de 2016

Desemprego atinge 12 milhões de trabalhadores e renda segue caindo, diz PNAD Contínua

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mostram que a política da administração Dilma/Temer, de juros cavalares e corte de investimento, fez explodir o desemprego. Os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (30/09) registram que a taxa de desemprego (“taxa de desocupação”) no trimestre de junho a agosto deste ano foi estimada em 11,8%, bem acima dos 8,7% verificado no mesmo trimestre do ano anterior. Com isso, a população desocupada somou 12 milhões de pessoas, um crescimento de 36,6% (mais 3,2 milhões de pessoas) na comparação com igual trimestre de 2015.

De acordo com a pesquisa do IBGE, a população ocupada somou 90,1 milhões, um recuo de 0,8% em relação ao trimestre de março a maio (menos 712 mil pessoas). Em comparação com o trimestre de junho a agosto de 2015, foi registrado declínio de 2,2%, o que representa uma redução de cerca de 2 milhões de pessoas no contingente de ocupados.

“O contingente de pessoas ocupadas continua em queda em ambos os períodos de comparação. Nós voltamos ao patamar de 2013. E



em um ano, esse contingente perdeu cerca de 2 milhões de trabalhadores”, afirmou o coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

Do total de pessoas ocupadas, havia 34,2 milhões de trabalhadores com carteira assinada, não apresentando variação significativa frente ao trimestre março/abril/maio. Ante ao trimestre de junho a agosto de 2015, a queda foi de 3,8%, uma perda de cerca de 1,4 milhão de pessoas com carteira assinada. Para Azeredo, “no período recente você não vê nenhum sinal de recuperação da população ocupada”.

Segundo o técnico do IBGE, a perda da carteira de trabalho assinada “foi o primeiro sinal que a crise mostrou”. “E o que ela provoca? As pessoas que perderam emprego estavam trabalhando por conta própria. A informalidade, que estava dando fôlego à crise, meio que perdeu a força. Azeredo ressaltou que o trabalhador por conta própria mostrou queda de 732 mil trabalhadores em relação ao trimestre anterior. “E a agricultura, a indústria geral e a construção, somados, perderam 483 mil pessoas [no trimestre]”.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “cabe enfatizar



então que a primeira característica da evolução da população ocupada no país é seu expressivo e rápido encolhimento. Mas vale notar também que existe um processo em curso de realocação dos que seguem trabalhando de um tipo de ocupação para outro e de um setor para outro da economia”.

Depois da indústria, os setores que registraram as maiores reduções de mão de obra foram os de informática, comunicação, financeiro, imobiliário e serviços administrativos e profissionais.

Na avaliação do IEDI, “os últimos resultados da pesquisa de emprego revelam, portanto, que os efeitos negativos da recessão econômica não se dão apenas na escalada do desemprego, que tende a restringir o crescimento da demanda e dos mercados de bens e serviços, mas também na menor qualidade dos postos de trabalho e na migração da ocupação para atividades onde a produtividade é menor”.

Já o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 2.011,00 no trimestre encerrado em agosto, contra R\$ 2.047,00 registrado no mesmo trimestre do ano passado, um recuo de 1,7%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Arrecadação federal desaba 10,12%

A arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em agosto de 2016, o valor de R\$ 91.808 milhões, registrando uma redução real de 10,12% em relação a agosto de 2015. No período acumulado de janeiro a agosto de 2016, a

arrecadação registrou o valor de R\$ 832.188 milhões, o que representa um decréscimo real de 7,45%.

Os dados foram publicados pela Receita Federal e evidenciam o impacto da recessão em curso.

Em agosto, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o PIS/Pasep tiveram um decréscimo real de 10,75%. Esse resultado decorreu pela redução de 10,17% no volume de vendas de bens. O Imposto de Importação atingiu o valor de R\$ 3.937 milhões, que corresponde a um decréscimo real de 24,92%, em razão da derrubada das importações.

No acumulado de janeiro a agosto, as receitas previdenciárias com uma arrecadação de R\$ 242.810 milhões caíram 4,60% e mais uma vez em razão da queda da massa salarial de 5,6% no período. Cofins e PIS/Pasep juntos atingiram o valor de R\$ 150.658 milhões no período, com queda real de 7,18%. Esse resultado foi decorrente, fundamentalmente, do decréscimo real de 9,61% no volume de vendas de bens. O Imposto de Importação atingiu o valor de R\$ 26.080 milhões, que corresponde a um decréscimo real de 27,20%, em razão da mesma forma da derrubada das importações.

Vendas nos supermercados caem 2,65%

As vendas do setor supermercadista continuam em queda. Em agosto, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), divulgada no dia 29 de setembro, as vendas em valores reais (descontada a inflação) caíram -2,65% em relação a julho e em valores nominais a queda foi de -2,22% na mesma comparação.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Arnaldo Faria de Sá: “governo falsifica déficit para tirar dinheiro do trabalhador”

“Culpam o trabalhador pela crise, mas o problema é o pagamento de juros”, disse

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) (**foto**), coordenador e um dos fundadores da frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, criticou, em entrevista ao HP, a reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo governo federal. Caracterizando seu conteúdo como “absurdo”, o deputado ressaltou que o projeto é apenas mais “uma forma de botar a culpa da crise no trabalhador brasileiro”.

Faria de Sá respondeu ao principal argumento utilizado pelo governo para levar adiante essa “reforma”, que trata-se de um suposto rombo das contas da Previdência, um falso déficit, criado para justificar o assalto ao dinheiro do trabalhador para desviar a outros fins, principalmente ao setor financeiro.

“Em 2015, mesmo com a crise, o que tivemos foi um superávit de 24 bilhões de reais. Historicamente a Previdência tem superávit. O governo é que se nega a cumprir com a sua parte no pagamento dos benefícios”, denunciou Faria de Sá.

Em documento elaborado por iniciativa da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), a Frente em Defesa da Previdência destaca que “os governos demonstram cálculo de déficit porque consideram apenas parte



das contribuições sociais - somente a arrecadação previdenciária direta urbana e rural, excluindo outras importantes fontes como COFINS, CSLL, PIS-PASEP, entre outras - e ignoram as renúncias fiscais”. (Ver documento nesta página).

Para o deputado “a economia está em dificuldade, é verdade, mas isso é por causa de todo esse roubo que fizeram aos cofres públicos, à Petrobrás, à Eletrobrás, ao BNDES, e tudo mais. Aí eles vêm com essa história para botar a culpa no brasileiro trabalhador, mas isso não pode. São 12, quase 13 milhões de desempregados no Brasil, e querem ainda tirar do trabalhador, que ganha tão pouco”, denunciou.

Prova disso, prosseguiu o parlamentar, é a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), um mecanismo que “retira anualmente recursos do Orçamento da Seguridade Social para outros fins”. Através dessa operação, os recursos que deveriam ser usados para a Previdência, a saúde e assistência social (que compõem a seguridade) são desviados para outras funções – notadamente o pagamento de juros. A DRU foi prorrogada até 2023, e ainda aumentou de 20% para 30% o limite a ser desvinculado. “Esse ano foram R\$ 120 bilhões desviados da seguridade social para outros fins. Pela proposta que foi



aprovada agora, até o final de sua validade serão um trilhão de reais desviados! Oras, se a Seguridade está quebrada, como é que tiram essa quantia toda? De onde vem esse dinheiro? Isso desmente sozinho essa história de que a Previdência está quebrada!”, afirmou Faria de Sá.

Para ele, “o que causa mesmo esse problema é o pagamento de juros. O governo gasta 49% do orçamento para pagar juros de banqueiros”. Só no ano passado foram R\$ 502 bilhões transferidos do setor público para fazer superávit primário, enquanto o governo alega que não há dinheiro para pagar as aposentadorias.

O deputado também criticou a proposta de “igualar” as aposentadorias entre homens e mulheres: “Não concordo com a anulação da diferença de idade para se aposentar entre homens e mulheres. A mulher desempenha uma dupla jornada de trabalho ainda hoje em dia, e é preciso reconhecer e respeitar essa situação”.

O texto ainda não foi enviado ao Congresso para votação, no entanto, diversos membros do governo já anunciaram que as principais mudanças serão a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, em 65 anos para homens e mulheres, o aumento da contribuição mínima, de 15 para 25 anos, e a desvinculação dos benefícios do reajuste do salário mínimo.

“O governo tem é que garantir emprego para a população, para assim esperar uma contribuição maior. Não tem cabimento querer aumentar o tempo mínimo de contribuição para 25 anos enquanto o povo sequer tem emprego”, ressaltou ainda o deputado.

Além da Frente Parlamentar em apoio à Previdência, diversos outros movimentos também se pronunciam contrários à reforma, como as Centrais Sindicais Força Sindical, CGTB, UGT, NCST,

CSP-Conlutas, CUT, CTB e CSB, durante ato unificado, além dos Metalúrgicos, que organizaram no último dia 29 um Dia Nacional de Luta e Paralisações em Defesa dos Direitos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Planalto adia reunião com centrais sindicais sobre reforma da Previdência

O Palácio do Planalto resolveu adiar a reunião com centrais sindicais para apresentar as linhas gerais da reforma da Previdência, inicialmente prevista para esta terça-feira (4). A ideia era reunir representantes de todas as centrais, mas nem todos os líderes foram chamados a Brasília.

Com a presença apenas do presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o governo decidiu tratar do tema na próxima semana. A reunião foi agendada para a próxima terça (11). Depois, o governo quer apresentar os planos da reforma a empresários e líderes da base aliada no Congresso Nacional. A proposta, que muda a Constituição, só será enviada ao Legislativo antes do segundo turno das eleições, se essa agenda for cumprida até lá.

Após encontro com o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), o presidente da Força Sindical afirmou que a reforma da Previdência não foi discutida, mas criticou a possibilidade de as regras de aposentadoria serem alteradas para quem já está no mercado de trabalho.

O tom adotado por Paulinho, um dos principais aliados de Temer, sinaliza a dificuldade



que o governo terá de convencer as centrais sindicais sobre a necessidade de mudar as regras de aposentadoria. "Eu defendo idade mínima para aqueles que ainda não estão no mercado de trabalho, ou seja, quem nasceu a partir de 2001. Agora, para quem está no mercado de trabalho, você foi contratado de um jeito, e agora vem dizer que vai se aposentar aos 65 anos? Não tem nenhuma possibilidade da minha central aceitar isso e com certeza as outras não vão aceitar. Então o governo terá de ter muita paciência para negociar para não tocar fogo no Brasil", afirmou.

O próprio ministro Eliseu Padilha já confirmou que o governo irá propor idade mínima de 65 anos para aposentadoria como regra para homens e mulheres. Além disso, da forma como está desenhada, a proposta coloca o prazo de 25 anos de contribuição como mínimo para aposentadoria.

O rombo na Previdência deve atingir neste ano R\$ 149 bilhões com o pagamento de 33,6 milhões de benefícios do setor privado e outros R\$ 90 bilhões com o regime dos servidores públicos, que tem 2,4 milhões de aposentados. "Eu tenho defendido, e falado isso ao presidente, que não pode ser uma coisa que ele mostra para nós um dia e no outro dia manda para o plenário da Câmara. É uma reforma tão profunda e grave, que pode beneficiar ou atrapalhar a vida de muita gente, que terá dificuldade. Eu quero e estou à disposição para negociar. Se o governo quiser atropelar, teremos dificuldade", reforçou.

Mudanças - O governo também quer mudar a fórmula de cálculo das aposentadorias. Na proposta considerada até aqui, quem se aposentar com os requisitos mínimos (65 anos de idade e 25 de contribuição) receberia 75% da média salarial, acrescida de 1 ponto percentual a cada ano extra

de contribuição. Assim, para ter direito ao benefício integral, o trabalhador teria que somar 50 anos de contribuição.

O acúmulo de pensão por morte com aposentadoria passará a ser proibido. O aposentado terá direito apenas ao benefício de maior valor. Está decidido que a aposentadoria continuará vinculada ao salário mínimo, para evitar que o assunto seja levado ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas a equipe responsável pela reforma ainda estuda se vai desvincular benefícios, como a pensão por morte e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e deficientes de baixa renda.

Fonte: Folha de S.Paulo

Nova Central não aceita retirada de qualquer direito social e trabalhista

O presidente Nacional da Nova Central, José Calixto Ramos desde o primeiro encontro que teve o presidente então interino Michel Temer (PMDB), adiantou que na questão das reformas da Previdência Social e do Direito do Trabalho não aceitaria retrocessos e retirada de direitos consagrados na Constituição Federal de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Depois das grandes manifestações unitárias das Centrais Sindicais, o Governo Federal convidou os representantes dos trabalhadores (as) para uma reunião na terça-feira (4/10) para dialogar sobre estes temas. "Vejo esta iniciativa como positiva no sentido de iniciarmos uma conversa. Nosso posicionamento contrário à reforma que prega



ferir os direitos dos trabalhadores já é conhecido pelo presidente”, lembrou Calixto.

Disse que nos últimos dias, para dificultar o acesso à aposentadoria, ministros reiteraram a criação de uma idade mínima entre homens e mulheres com equiparação do tempo de contribuição e desvincular o reajuste dos benefícios do aumento do salário mínimo. “Todas estas medidas se aceitas, afetará o futuro de todos nós e seremos duramente cobrados”, alerta o presidente.

Destaca que como já foi noticiado pela imprensa, para ter direito à aposentadoria, além de ter pelo menos 65 anos de idade, o brasileiro terá de contribuir com a Previdência Social pelo menos 25 anos, se a proposta de reforma que o governo prepara for aprovada no Congresso. E para ter direito ao benefício integral, o trabalhador precisará somar 45 ou 50 anos de contribuição, por meio de carteira assinada ou contribuição individual.

“Hoje os brasileiros podem se aposentar por idade ou por tempo de contribuição. No primeiro caso, os homens precisam ter 65 anos e pelo menos 15 anos de contribuição. As mulheres precisam ter 60 anos. No segundo caso, não há idade mínima exigida e bastam 35 anos de contribuição, ou 30 para as mulheres”, esclarece Ramos.

Como resposta às propostas polêmicas, de acordo com Calixto, foi elaborado um documento, entregue ao governo, com as seguintes propostas:

- Criação do Refis (programa de refinanciamento) para a cobrança dos R\$ 240 bilhões de dívida ativa com a Previdência;
- Revisão das isenções às entidades filantrópicas e das alíquotas de contribuição do agronegócio;

- Venda dos imóveis inativos da Previdência; o fim da aplicação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que tira dinheiro da Seguridade Social para pagar juros ao sistema financeiro;

- destinação à Previdência das receitas oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar.

Fonte: NCST

Governo Temer é reprovado por 39% dos brasileiros; 14% aprovam

O governo de presidente Michel Temer foi avaliado como ruim ou péssimo por 39% dos brasileiros entrevistados na pesquisa CNI/Ibope, em setembro. O percentual de pessoas que consideram o governo de Michel Temer regular é de 34% e os que avaliaram como ótimo ou bom somam 14%. Outros 12% não sabem ou não responderam. O levantamento foi divulgado nesta terça-feira (3) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A última pesquisa CNI/Ibope, realizada em junho, avaliou o governo ainda interino de Temer após pouco mais de um mês de gestão. O governo interino foi considerado ruim ou péssimo por 39% da população, ótimo ou bom por 13% e regular por 36%. Entre os que não sabem ou não responderam o percentual foi de 13%.

Entre os entrevistados, 28% aprovam a maneira do presidente Temer governar e 55% desaprovam. Na pesquisa anterior esses percentuais foram de 31% e 53%, respectivamente. Em relação à confiança, 26% confiam no presidente



Temer e 68% não confiam. Na pesquisa anterior, 27% declararam confiar no presidente Temer e 66% não.

Na última pesquisa CNI/Ibope que avaliou o governo da então presidenta Dilma Rousseff, em março deste ano, 69% dos entrevistados consideraram o governo da petista ruim ou péssimo.

A pesquisa foi feita entre os dias 20 e 25 de setembro com 2.002 pessoas em 143 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Perspectivas - Ao responder sobre as perspectivas em relação ao restante do governo do presidente Michel Temer, 38% consideram que será ruim ou péssimo, 30% que será regular e 24% acreditam que será ótimo ou bom. Outros 8% não sabem ou não responderam.

Essas avaliações tiveram pouca variação quando comparadas com a pesquisa anterior, quando Temer ainda era presidente interino. Em junho, 35% dos entrevistados declararam acreditar que o restante do governo será ruim ou péssimo, 32% que será regular e os mesmos 24% disseram acreditar que será ótimo ou bom. Na ocasião, o percentual dos que não sabem ou não responderam foi de 9%.

A pesquisa ainda pediu aos entrevistados que comparassem as gestões de Temer e Dilma na presidência. Os dados apontam que 24% dos entrevistados consideram o governo do peemedebista melhor, 38% avaliam ser igual e 31%, pior. O percentual dos que não sabem ou não responderam soma 7%.

A pesquisa CNI/Ibope mediu a percepção que os entrevistados têm sobre o noticiário relacionado ao governo. Para 43% as notícias recentes são mais desfavoráveis ao governo, frente

a 18% que acha serem mais favoráveis. Quando chamado a citar alguma notícia sobre medida anunciada ou em discussão pelo governo, o tema mais lembrado foi a reforma da previdência.

Fonte: Agência Brasil

Deputados ressaltam necessidade de assistência à população idosa

A Câmara homenageou ontem, em sessão solene, o Dia Internacional do Idoso, comemorado em 1º de outubro. Autora do requerimento para a realização da sessão, a deputada Flávia Moraes (PDT-GO) manifestou preocupação com o aumento da população idosa e a falta de ações do Estado para lidar com essa realidade.

“É importante preparar o País para que possamos oferecer aos idosos dignidade e o devido auxílio”, afirmou. Para a deputada, um dos desafios é a construção de unidades chamadas de “centro dia do idoso”, estabelecimentos públicos destinados a substituir asilos e abrigos.

O deputado Izalci (PSDB-DF) criticou empresas que demitem pessoas mais velhas nesse período de crise. Ele sugeriu que, com o aumento da idade média de vida da população, aumente também o tempo mínimo de contribuição trabalhista, prorrogando assim a aposentadoria.

Arnaldo Faria de Sá (PTB- SP) rebateu a ideia. Para ele, os aposentados e pensionistas não devem ser prejudicados devido a uma crise que foi fruto de má gestão política. “O Brasil não está preparado para tratar os idosos. Não temos nada a comemorar”.

Em mensagem enviada à sessão, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), destacou a importância da homenagem, já que as Nações Unidas pautaram questões como negligência, violência e falta de respeito com os mais velhos.

Fonte: Agência Câmara

Por falta de acordo, é adiada votação da MP da revisão do auxílio-doença e das aposentadorias por invalidez

Não houve entendimento para análise, nesta terça-feira (4), da MP 739/2016, que determinou a revisão dos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. O objetivo da medida, segundo o governo, é reduzir os benefícios por incapacidade que estão há mais de dois anos sem passar por perícia médica.

O texto chegou a ser lido pelo relator, o deputado federal Pedro Fernandes (PTB-MA), mesmo em meio a protestos de outros membros da comissão mista, que alegavam baixo quórum. Os parlamentares também questionaram a eleição do deputado Jones Martins (PMDB-RS) para a vice-presidência da comissão.

A MP permite que o aposentado por invalidez ou auxílio-doença seja convocado a qualquer momento para a realização de perícia médica. Também estabelece que o auxílio-doença seja concedido com a previsão de seu termo final.



Do contrário, terá duração de 120 dias, devendo sua prorrogação ser requerida pelo segurado.

A medida institui ainda o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, no valor de R\$ 60, por perícia realizada em benefícios não periciados pelo INSS há mais de dois anos. O gasto anual do governo com os benefícios por incapacidade é de R\$ 6,3 bilhões. Já a despesa com auxílio-doença chegou a R\$ 23,2 bilhões em 2015, quase o dobro do gasto em 2005 (R\$ 12,5 bilhões).

O deputado Ságua Moraes (PT-MT) apresentou requerimento de audiência pública para instruir a matéria. O prazo de vigência da MP 739/2016 se encerra no dia 4 de novembro, caso não seja votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Fonte: Agência Senado

Aumento em benefício do INSS não se estende para valores pagos antes da lei

A nova redação da Lei 8.213/91, que aumentou o valor do auxílio-acidente do INSS de 40% para 50% do valor do salário de contribuição



do segurado, não se aplica a benefícios concedidos antes da mudança. Com esse entendimento, a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento à apelação de um trabalhador que pedia aumento do auxílio pago a ele, concedido antes da alteração legal.

A Advocacia-Geral da União, em defesa do INSS, argumentou que a alteração de benefícios concedidos anteriormente à vigência da lei atual ou de suas modificações violaria o princípio constitucional do ato jurídico perfeito. Segundo a AGU, a tese já foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal em diversas oportunidades.

A AGU argumentou ainda que as decisões do STF confirmam que benefícios previdenciários são regulados por lei vigente no momento em que são preenchidos os requisitos necessários à sua concessão, e revelam a preocupação da corte com a fragilização do sistema previdenciário. *Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU. Processo: 36169-47.2015.8.07.0015*

Fonte: Consultor Jurídico

Indústria não pagará horas extras por redução ínfima e esporádica de intervalo intrajornada

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu a Fornac Ltda., de Igarapé (MG), da condenação ao pagamento do período integral do intervalo intrajornada, com 50% de adicional, nos dias em que um foneiro usufruiu do intervalo com apenas alguns minutos a menos. Segundo os

cartões de ponto, a redução era em torno de dois ou três minutos, sendo que em outros dias o intervalo foi de mais de uma hora. "Nessa situação, afirmar que houve supressão do intervalo, nos moldes do artigo 71, parágrafo 4º, da CLT, foge até ao razoável", ressaltou o relator do recurso, ministro Cláudio Brandão.

A Fornac foi condenada pela 1ª Vara do Trabalho de Betim (MG) a pagar hora extra diária somente nos dias em que o intervalo intrajornada foi inferior a 50 minutos. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), porém, deferiu uma hora extra em todos os dias em que o empregado não usufruiu do intervalo de uma hora, entendendo que aplicou ao caso a Orientação Jurisprudencial 307 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST. Segundo o Regional, trata-se de norma de natureza protetiva, que visa à preservação da saúde e da segurança do empregado.

No recurso ao TST, a indústria argumentou que o empregado sempre gozou de intervalo intrajornada e, em raras ocasiões, houve necessidade de trabalho nesse período, cabendo o pagamento apenas do tempo faltante acrescido de 50%.

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)